

**COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2002**  
**OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

# Índice

<b>I. Mensagem do Presidente.....</b>	<b>3</b>
<b>II. Relatório da Administração .....</b>	<b>4</b>
1. Mercado de Energia Elétrica, Receita Operacional, Geração de Caixa e Resultado .....	4
2. Investimentos .....	5
3. Atuação na Comunidade e Preservação do Meio Ambiente .....	6
4. Site da Cataguazes-Leopoldina conquista o 3º lugar no POP+ 2003.....	7
5. Atendimento à Instrução CVM nº 381.....	8
<b>III. Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>9</b>
1. Balanço Patrimonial - Ativo .....	9
2. Balanço Patrimonial - Passivo .....	10
3. Demonstrações dos Resultados.....	11
4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos .....	12
5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	13
<b>IV. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios .....</b>	<b>14</b>
1. Contexto operacional.....	14
2. Apresentação das demonstrações financeiras .....	14
3. Sumário das principais práticas contábeis .....	14
4. Demonstrações financeiras consolidadas .....	16
5. Consumidores e concessionárias .....	16
6. Recomposição tarifária extraordinária .....	18
7. Consumidores de baixa renda.....	19
8. Créditos renegociados - consolidado.....	20
9. Impostos a recuperar .....	20
10. Créditos tributários.....	20
11. Investimentos .....	21
12. Transações com partes relacionadas.....	22
13. Imobilizado .....	24
14. Diferido .....	25
15. Ágios em investidas.....	25
16. Empréstimos e financiamentos .....	26
17. Debêntures.....	27
18. Parcelamento de impostos - Consolidado.....	27
19. Capital social - controladora .....	27
20. Fornecimento de energia elétrica.....	28
21. Remuneração dos administradores .....	29
22. Provisões para Contingências.....	29
23. Cobertura de seguros.....	29
24. Instrumentos financeiros (Instrução CVM n.º 235/95).....	29
25. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões .....	30
26. Concessão do serviço público de energia elétrica .....	32
27. Programa Emergencial - Racionamento .....	32
28. Resultado por atividade.....	32
<b>V. Parecer dos Auditores Independentes.....</b>	<b>34</b>

## **I. Mensagem do Presidente**

2002 não vai deixar saudades para o setor elétrico brasileiro, que sofreu não apenas com os efeitos remanescentes do racionamento de energia elétrica, mas também com as indefinições no campo regulatório, a fuga de investimentos, as mudanças repentinas nas prioridades estratégicas do governo, o desrespeito aos contratos estabelecidos e o aumento da inflação, taxa de juros e câmbio, entre outras coisas. Em particular, o Sistema Cataguazes-Leopoldina teve não somente seu fluxo de caixa afetado, como também as curvas de crescimento das suas vendas deslocadas para patamares inferiores, registrando em 2002 um volume de vendas 3,4% inferior ao de 2000, ano em que o mercado ainda não havia sofrido as conseqüências do racionamento. Acresce-se a esses fatos, os atrasos no recebimento dos seus créditos junto ao MAE – Mercado Atacadista de Energia e das compensações do racionamento, que impactaram negativamente o fluxo de caixa do Sistema Cataguazes-Leopoldina, culminando num resultado consolidado negativo de R\$73 milhões no exercício.

Ainda assim, a despeito das incertezas políticas e econômicas, dos cortes nos orçamentos de despesas e investimentos, e da lenta recuperação do mercado de energia elétrica, demos continuidade aos projetos de aumento da capacidade de geração própria de energia elétrica, mantendo nosso compromisso com a sociedade brasileira. Hoje, estão em estágios diferentes de construção cinco PCHs – Ponte, Granada, Palestina, Cachoeira Encoberta e Triunfo -, que acrescentarão cerca de 100 MW a atual capacidade instalada de 157 MW do Sistema Cataguazes-Leopoldina.

Passados cinco anos do redirecionamento estratégico do Sistema Cataguazes-Leopoldina, que visou uma forte expansão no setor de distribuição e geração de energia elétrica, tivemos conquistas de eficiência operacional, beneficiando, assim, nossos consumidores. Entretanto, com a redução das vendas devido à memória do racionamento, ambiente adverso macro-econômico e regulatório, sentimos a necessidade de envidar maiores esforços a fim de readequar o passivo de curto prazo, buscando compatibilizar o fluxo de pagamento a nova realidade de vendas de energia.

Se em cenário tão adverso, temos procurado a excelência nos serviços prestados aos mais de 1,7 milhão de consumidores atendidos pelo Sistema Cataguazes-Leopoldina nos quatro estados onde atua – Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe e Paraíba -, muito nos incentiva o reconhecimento público através dos prêmios concedidos por entidades como a Abradee, Firjan e FGV. A CFLCL e a sua controlada Energipe receberam da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica o Prêmio Abradee 2002, na categoria Melhor Distribuidora de Energia Elétrica da Região Sudeste e Nordeste, respectivamente. A Saelpa, por sua vez, foi classificada em 1º lugar entre as distribuidoras do Norte e Nordeste, na categoria Melhor Qualidade de Gestão. E a CENF, por sua regularidade operacional e desempenho econômico financeiro, foi agraciada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e pela Fundação Getúlio Vargas com o Prêmio Excelência Empresarial 2002.

Mas apesar das turbulências, o país vive um momento singular na sua história com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Consagrado por ampla maioria e contando com amplo apoio popular renovam nossas esperanças na retomada do desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Acreditamos também que o novo governo e o Congresso estabeleçam um modelo adequado para o setor elétrico brasileiro, mais justo, moderno, com regras claras e duradouras. Um modelo capaz de harmonizar os interesses dos consumidores e o retorno adequado aos investidores, assegurando que haja ampliação da oferta de energia elétrica, fator decisivo para o crescimento econômico.

Cataguases, março de 2003

Ivan Müller Botelho  
Presidente do Conselho de Administração

## II. Relatório da Administração

A seguir, submetemos a sua apreciação os fatos e eventos marcantes de 2002, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes.

### 1. Mercado de Energia Elétrica, Receita Operacional, Geração de Caixa e Resultado

Embora o racionamento de energia elétrica tenha terminado no primeiro trimestre de 2002, o exercício ainda teve forte influência desse programa de redução do consumo de energia na área de concessão das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina. Em 2002, o consumo médio consolidado de energia elétrica nos mercados das distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina aumentou 4,9% em relação ao consumo de 2001, resultado esse abaixo das expectativas. Quando comparado ao volume de 2000 registrado pelas cinco empresas, ano em que o mercado ainda não havia sofrido as conseqüências do racionamento, o consumo de 2002 é 3,4% menor. Além do nível de renda declinante, tais mercados foram afetados pela lenta recuperação do consumo residencial, contribuindo para que se estabelecesse um aumento da participação relativa da classe industrial em detrimento do consumo da classe residencial, de maior valor agregado.

O volume consolidado de vendas aos consumidores finais das distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina foi de 5.497 GWh, em 2002 (5.242 GWh em 2001). Com esse mercado, a CFLCL registrou uma receita operacional bruta consolidada de R\$1.051.651 mil, em 2002 (R\$216.688 mil na controladora), contra R\$1.062.590 mil, em 2001 (R\$241.534 mil na controladora). Cabe ressaltar que essa receita de 2002 está reduzida em R\$11.105 mil (R\$13.887 mil na controladora), em face dos ajustes nas rubricas recomposição tarifária extraordinária e vendas de energia no MAE – Mercado Atacadista de Energia para refletir os valores homologados pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Por sua vez, a geração operacional de caixa consolidada, medida pelo EBITDA, foi 19,6% maior em relação à de 2001, totalizando R\$225.911 mil (R\$27.941 mil na controladora), o que representa uma margem consolidada de EBITDA de 27,7% (21,7% em 2001).

A seguir, evolução das gerações de caixa (EBITDA) das distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina, ajustadas por reversões e pelas provisões constituídas:

#### Geração de Caixa (EBITDA) (Em R\$ mil)

<u>Empresa</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
CFLCL	27.941	68.441
CENF	14.255	11.348
Energipe	63.198	103.507
CELB	11.925	(1.555)
Saelpa	102.874	2.800
<b>EBITDA Consolidado</b>	<b>225.911</b>	<b>188.906</b>
Margem de EBITDA Consolidada (%)	27,7	21,7

Importante ressaltar que as gerações de caixa acima mencionadas estão afetadas por ajustes nas rubricas recomposição tarifária extraordinária e transações de compra e venda de energia no MAE - Mercado Atacadista de Energia, anteriormente contabilizados em 2001, cujos efeitos líquidos na geração de caixa em 2002 se apresentam a seguir: CFLCL (menor em R\$15.201 mil); CENF (maior em R\$1.031 mil); Energipe (menor em R\$5.803 mil); CELB (menor em R\$2.637 mil); Saelpa (maior em R\$29.356 mil) e Consolidado (maior em R\$6.746 mil).

O resultado de 2002, no entanto, foi penalizado pela necessidade da empresa e de suas controladas de buscarem recursos no mercado de curto prazo, haja vista o descompasso financeiro provocado pela redução das receitas operacionais em face do racionamento e dos atrasos no recebimento dos seus créditos junto ao MAE – Mercado Atacadista de Energia e das compensações do racionamento pelo Tesouro Nacional, no montante de cerca de R\$140 milhões, dos quais R\$90 milhões ainda não recebidos até a presente data. A CFLCL registrou no exercício um prejuízo consolidado de R\$72.978 mil (R\$76.772 mil na controladora).

### Indicadores Operacionais e de Desempenho das Distribuidoras de Energia Elétrica e Consolidado, em 2002

Valores em R\$ mil	CFLCL	CENF	Energipe	CELB	Saelpa	Consolidado
Área de Concessão (Km <sup>2</sup> )	16.331	1.000	17.419	1.789	54.595	91.134
Nº de Consumidores	289.295	76.971	419.719	127.381	792.328	1.705.694
Nº de Empregados	718	91	607	179	1.173	2.891
Vendas - Mercado Próprio (GWh)	952	267	1.736	482	2.061	5.498
Crescimento das Vendas - Mercado Próprio (%)	4,7	1,4	4,5	5,8	5,5	4,9
Geração Própria de Energia (GWh) – (*)	289	51	-	-	-	340
Perdas de Energia do Sistema Próprio (%)	10,63	8,12	12,46	9,68	21,09	15,11
DEC	12,32	22,38	13,44	10,04	22,70	-
FEC	11,86	18,94	11,58	9,31	10,91	-
Receita Operacional Bruta	216.688	60.438	304.086	76.404	395.446	1.051.651
Receita Operacional Líquida	161.043	45.853	235.005	62.873	313.381	814.992
Despesas Controláveis	(43.586)	(11.799)	(49.776)	(12.828)	(73.456)	(190.857)
Despesas Financeiras Líquidas	(75.631)	(3.214)	(73.992)	(6.553)	(40.708)	(228.045)
Resultado dos Serviços de Energia	11.104	10.882	52.650	7.582	76.445	160.921
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	(76.772)	6.692	(21.732)	984	28.181	(72.978)
Geração de Recursos – EBITDA	27.941	14.255	63.198	11.925	102.874	225.911
EBITDA / Receita Líquida (%)	17,4	31,1	26,9	19,0	32,8	27,7

(\*) Incluem usinas da Cat-Leo Energia

## 2. Investimentos

Em 2002, a CFLCL e suas controladas Cat-Leo Energia, Usina Termelétrica de Juiz de Fora, CENF, Energipe, CELB e Saelpa investiram R\$194.074 mil em programas de melhoria dos seus sistemas elétricos.

### Investimentos realizados

Valores em R\$ mil	CFLCL (*)	CENF	Energipe	CELB	Saelpa	Total
. Geração	84.968	972	134	-	-	86.074
. Transmissão e Distribuição	32.589	3.909	19.239	3.300	45.366	104.403
. Outros	2.566	113	903	15	-	3.597
Total	120.123	4.994	20.276	3.315	45.366	194.074

(\*) Incluem investimentos da CAT-LEO Energia S/A (R\$85.461 mil) e da Usina Termelétrica de Juiz de Fora (R\$14.296 mil).

Dos investimentos, destacam-se: 1) o andamento das construções das PCHs Ponte, Granada, Palestina, Cachoeira Encoberta e Triunfo (potência total de 100 MW). Essas usinas demandarão investimentos de cerca de R\$180 milhões. As PCHs Ponte (24 MW) e Granada (15 MW) deverão iniciar suas operações no segundo trimestre de 2003; e 2) as ações visando aumentar a confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia, reduzir as perdas elétricas e inadimplência dos consumidores (avaliada pelo quociente do total arrecadado pelo total faturado nos últimos doze

meses). Nessa linha e com base nas diretrizes emanadas de um sistema de gestão implementado nas distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina foi possível alcançar sensíveis reduções nos índices de perdas de energia e inadimplência dos consumidores:

Empresa	Perdas de Energia (%)			Inadimplência (%)		
	2002	2001	Variação %	2002	2001	Variação %
CELB	9,68	13,35	- 27,5	5,75	8,17	- 29,6
Saelpa	21,09	27,52	- 23,4	8,22	12,38	- 33,6
Energipe	12,46	15,43	- 19,2	4,16	3,40	22,4
CENF	8,12	9,15	- 11,3	2,93	4,76	- 38,4
CFLCL	10,63	10,47	+ 1,5	2,10	2,22	- 5,4
Consolidado	15,11	19,10	- 20,9	5,23	6,88	- 24,0

### 3. Atuação na Comunidade e Preservação do Meio Ambiente

Em 2002 a CFLCL, através da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho, prosseguiu seus projetos voltados para a cultura e educação. Um trabalho desenvolvido nas sete Usinas Culturais espalhadas pela Zona da Mata e Nova Friburgo. A inauguração em abril do Centro Cultural Humberto Mauro é um bom exemplo da diversificada política cultural. A Fundação ofereceu ainda exposições de esculturas de artistas plásticos. Em Nova Friburgo, a Usina Cultural local ganhou um novo espaço para a música e as artes cênicas. Esse espaço é fruto de uma parceria com a CENF, Escola de Cordas Campesina Friburguense e a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Também merece destaque o trabalho desenvolvido no Centro das Tradições Mineiras, em Cataguases, onde são atendidos gratuitamente 600 crianças e adolescentes de baixa renda e que lá freqüentam oficinas de música, teatro e artes plásticas, entre outras. Na área ambiental, a CFLCL deu andamento aos seus programas de conservação das suas RPPNs – Reservas Particulares do Patrimônio Natural e os de Controle Ambiental nas áreas das PCHs construídas e em construção, com ênfase em ações para recuperação das nascentes e matas ciliares.

A seguir, informações relativas ao desempenho econômico-social da controladora CFLCL:

#### Balanco Social da CFLCL

	2002	2001
<b>1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)</b>		
1.1 - Receita Operacional Líquida	161.043	194.445
1.2 - Resultado Operacional (exclui R\$1.204 em 2002 e R\$1.660 em 2001, referentes a juros sobre capital próprio recebidos)	(94.278)	509
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	20.671	18.931
<b>2. Indicadores Laborais (R\$ mil)</b>		
2.1 - Alimentação	2.125	1.894
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	5.199	4.870
2.3 - Previdência Privada	564	377
2.4 - Saúde	681	558
2.5 - Educação	324	294
2.6 - Participação nos lucros	-	-
2.7 - Outros Benefícios	296	292
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	9.189	8.285
<b>3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)</b>		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	59.212	48.695
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	2.116	1.920
3.3 - Investimentos em Meio Ambiente	685	379
3.4 - Programa Luz no Campo	2.123	2.275
3.5 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	1.125	1.274
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5)	65.261	54.543
<b>4. Indicadores do Corpo Funcional</b>		
4.1 - N° de empregados ao final do período	718	750
4.2 - N° de admissões durante o período	18	52

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em  
31 de dezembro de 2002 e 2001  
(em milhares de reais)**

	<b>2002</b>	<b>2001</b>
<b>1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Receitas de vendas de energia e serviços	216.688	241.534
Receitas não operacionais	2.613	2.809
Menos Insumos:		
Custo da energia comprada	78.727	77.155
Transporte de potência elétrica	5.085	6.281
Serviços de Terceiros	10.321	9.024
Materiais	3.172	3.880
Outros custos operacionais	6.981	7.735
	<u>104.286</u>	<u>104.075</u>
<b>2- VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<u>115.015</u>	<u>140.268</u>
Quotas de reintegrações	13.430	12.934
<b>3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>	<u>101.585</u>	<u>127.334</u>
Equivalência patrimonial	(29.407)	(256)
Amortização de ágio	(1.548)	(1.476)
Receitas financeiras	3.813	3.452
Imposto de renda e contribuição social diferido	19.080	-
<b>4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<u><b>93.523</b></u>	<u><b>129.054</b></u>
<b>5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Remuneração do trabalho	23.701	20.857
Governo: (impostos, taxas e contribuições)	59.212	48.695
Transferências intra-setoriais	11.841	9.810
Juros	73.574	48.717
Aluguéis	1.967	1.227
Prejuízo do exercício	(76.772)	(252)
	<u><b>93.523</b></u>	<u><b>129.054</b></u>

#### **4. Site da Cataguazes-Leopoldina conquista o 3º lugar no POP+ 2003**

##### **Desempenho das ações na Bovespa**

**Prêmio POP+** - O site da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina ficou em 3º lugar entre as empresas de 7 países latino-americanos (2º lugar no Brasil) na edição do Prêmio Pop+ 2003, instituído pela MZ Consult aos melhores sites de RI (Relação com Investidores) da América Latina, numa eleição direta de investidores, analistas e demais profissionais do mercado de capitais.

**Desempenho das ações na Bovespa** - Em 2002, as ações preferenciais classe “A” da CFLCL apresentaram uma desvalorização de 24,1 % na Bolsa de Valores de São Paulo, contra uma queda de 27,5% do IEE – Índice de Energia Elétrica. O Ibovespa, por sua vez, mostrou queda de 17,0%. Ao final do ano, as ações preferenciais classe “A” da CFLCL foram cotadas a R\$1,20 por lote de mil ações, ante o seu valor patrimonial de R\$2,61.

**Assembléia de Acionistas aprova o Tag Along** - Visando melhorar a liquidez das ações da Companhia, bem como atender às disposições da Lei 10.303, foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de 14 de fevereiro de 2003 a modificação do seu Estatuto Social, de forma a prever o direito de inclusão dos acionistas minoritários em oferta pública de alienação de controle (tag along), à razão de 80% do preço ofertado.

## **5. Atendimento à Instrução CVM nº 381**

A Companhia e suas controladas passaram a utilizar os serviços de Auditoria Independente da Deloitte Touche Tohmatsu a partir de 2002. Anteriormente, a Deloitte já havia sido contratada para uma revisão dos procedimentos fiscais em prática pelo Sistema Cataguazes-Leopoldina, visando verificar o cumprimento das obrigações relativas aos impostos e contribuições e apresentar recomendações para o aprimoramento dos procedimentos fiscais. Tais serviços encontram-se em andamento, sendo seus honorários correspondentes limitados a R\$70 mil, os quais corresponderiam à cerca de 25% dos honorários de auditoria.

A administração da Companhia e seus auditores independentes entendem que a prestação desses serviços não afetará a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

A Administração.



### III. Demonstrações Financeiras

#### 1. Balanço Patrimonial - Ativo

**COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA**  
CNPJ/MF N° 19.527.639/0001-58

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001**

( Em milhares de reais)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
<b>CIRCULANTE</b>				
Disponibilidades	21.712	1.656	32.233	6.425
Aplicações no mercado aberto	228	238	22.859	1.397
Consumidores e concessionárias	67.554	76.998	343.130	348.633
Títulos de créditos a receber	9.856	3.809	90.090	38.741
Créditos renegociados	-	-	32.692	39.176
Recomposição tarifaria extraordinária	8.758	6.039	46.803	60.828
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.659)	(2.406)	(94.840)	(98.946)
Estoques	424	818	3.618	5.653
Devedores diversos	1.556	1.334	2.513	1.479
Impostos a recuperar	13.883	7.586	51.788	35.101
Despesas pagas antecipadamente	969	817	5.893	4.836
	<u>121.281</u>	<u>96.889</u>	<u>536.779</u>	<u>443.323</u>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>				
Recomposição tarifaria extraordinária	3.305	12.077	115.311	121.657
Consumidores e concessionárias	8.341	-	16.114	-
Títulos de créditos a receber	7.401	6.536	17.515	11.441
Créditos renegociados	-	-	20.638	28.007
Empresas controladas e ligadas	58.798	150.807	-	11.059
Impostos a recuperar	1.284	1.671	15.281	16.946
Créditos tributários	40.006	21.076	172.672	147.491
Cauções e depósitos vinculados	441	793	26.096	21.745
Outros	12.950	6.935	51.749	41.118
	<u>132.526</u>	<u>199.895</u>	<u>435.376</u>	<u>399.464</u>
<b>PERMANENTE</b>				
Investimentos	423.932	451.464	10.952	10.859
Imobilizado	173.606	177.097	1.334.044	1.245.935
Diferido	1.104	903	435.498	437.178
	<u>598.642</u>	<u>629.464</u>	<u>1.780.494</u>	<u>1.693.972</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>852.449</u>	<u>926.248</u>	<u>2.752.649</u>	<u>2.536.759</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## 2. Balanço Patrimonial - Passivo

### COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA

CNPJ/MF N° 19.527.639/0001-58

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 e 2001

( Em milhares de reais)

#### PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	29.708	21.795	127.752	202.578
Encargos de dividas	229	276	5.140	10.830
Empréstimos e financiamentos	123.455	152.862	488.489	491.815
Debêntures	35.706	12.210	35.706	12.210
Folha de pagamento	-	-	1.584	2.853
Tributos e contribuições sociais	20.031	5.343	134.400	95.531
Juros sobre o capital próprio/dividendos	897	897	3.916	3.212
Encargos do consumidor a recolher	1.019	1.300	4.729	7.329
Obrigações estimadas	2.113	2.072	14.970	8.944
Outras contas a pagar	8.044	2.644	71.395	21.153
	<u>221.202</u>	<u>199.399</u>	<u>888.081</u>	<u>856.455</u>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>				
Fornecedores	874	5.354	53.927	40.121
Empréstimos e financiamentos	56.587	61.184	511.659	391.713
Debêntures	117.127	144.662	117.127	144.662
Impostos a recolher	12.541	3.347	68.589	64.367
Empresas controladoras e controladas	102.724	104.191	175.106	56.525
Provisões para contingências	2.902	3.979	102.728	102.883
Provisão de déficit atuarial	-	-	46.188	40.513
Outras contas a pagar	13.059	1.927	31.763	13.613
	<u>305.814</u>	<u>324.644</u>	<u>1.107.087</u>	<u>854.397</u>
<b>PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA</b>	-	-	469.164	464.613
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social	334.335	334.335	334.335	334.335
Correção monetária do capital	9.837	9.837	9.837	9.837
Ações em tesouraria	(5.245)	(5.245)	(5.245)	(5.245)
Reservas de capital	26.545	26.545	26.545	26.545
Reservas de lucros	-	36.733	-	-
Prejuízos acumulados	(40.039)	-	(77.155)	(4.178)
	<u>325.433</u>	<u>402.205</u>	<u>288.317</u>	<u>361.294</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<u>852.449</u>	<u>926.248</u>	<u>2.752.649</u>	<u>2.536.759</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### 3. Demonstrações dos Resultados

**COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA**  
CNPJ/MF N° 19.527.639/0001-58  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 e 2001**  
( Em milhares de reais exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	205.933	178.317	948.440	926.201
Suprimento de energia elétrica	10.539	51.776	97.224	125.549
Venda de energia - ajuste MAE	(14.495)	-	(14.495)	-
Serviços especializados	-	-	2.204	630
Agropecuária	-	-	161	89
Outras receitas	14.711	11.441	18.117	10.121
	<u>216.688</u>	<u>241.534</u>	<u>1.051.651</u>	<u>1.062.590</u>
Deduções à receita operacional				
ICMS faturado	43.500	34.221	183.568	140.273
Pis, cofins e iss	8.638	9.297	41.187	39.875
Quotas para a reserva global de reversão	3.507	3.571	11.904	11.346
	<u>55.645</u>	<u>47.089</u>	<u>236.659</u>	<u>191.494</u>
Receita operacional líquida	<u>161.043</u>	<u>194.445</u>	<u>814.992</u>	<u>871.096</u>
Despesas (receitas) operacionais				
Pessoal	23.701	20.857	96.549	89.030
Material	3.172	3.880	15.112	15.483
Serviços de terceiros	10.321	9.024	61.211	45.142
Energia elétrica comprada para revenda	78.727	77.006	323.162	462.125
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos	251	149	251	149
Transporte de potência elétrica	5.085	6.281	57.437	46.496
Depreciação e amortização	13.430	12.934	50.733	43.017
Quota para conta de consumo de combustível	8.334	6.239	36.161	22.395
Provisão para contingências	(727)	273	(424)	(3.551)
Provisão para devedores duvidosos	1.253	1.650	(4.106)	276
Outras despesas	6.392	5.413	17.985	17.580
	<u>149.939</u>	<u>143.706</u>	<u>654.071</u>	<u>738.142</u>
Resultado do serviço	<u>11.104</u>	<u>50.739</u>	<u>160.921</u>	<u>132.954</u>
Receita (Despesa) financeira				
Receita de aplicações financeiras	38	864	2.154	4.568
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	2.881	2.562	18.787	14.427
Encargos de dívidas	(76.335)	(47.938)	(234.276)	(155.266)
(-) Transferência para Imobilização em curso	143	386	776	1.280
Juros sobre o capital próprio	1.204	1.660	(808)	(735)
Outras receitas (despesas)	(3.562)	(4.372)	(14.678)	8.390
	<u>(75.631)</u>	<u>(46.838)</u>	<u>(228.045)</u>	<u>(127.336)</u>
Amortização de ágio	(1.548)	(1.476)	(17.380)	(17.506)
Resultado de equivalência patrimonial	(29.407)	(256)	66	-
<b>Resultado operacional</b>	<u>(95.482)</u>	<u>2.169</u>	<u>(84.438)</u>	<u>(11.888)</u>
Receita não operacional	2.613	2.809	8.761	2.981
Despesa não operacional	(1.779)	(1.626)	(10.343)	(6.286)
<b>Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	<u>(94.648)</u>	<u>3.352</u>	<u>(86.020)</u>	<u>(15.193)</u>
Contribuição social e Imposto de renda	19.080	(1.944)	19.464	(5.684)
<b>Lucro (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	<u>(75.568)</u>	<u>1.408</u>	<u>(66.556)</u>	<u>(20.877)</u>
Participações de empregados e administradores	-	-	(415)	(400)
Participação minoritária	-	-	(6.815)	19.806
<b>Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre capital próprio</b>	<u>(75.568)</u>	<u>1.408</u>	<u>(73.786)</u>	<u>(1.471)</u>
Reversão de juros sobre o capital próprio	(1.204)	(1.660)	808	735
<b>Prejuízo do exercício</b>	<u>(76.772)</u>	<u>(252)</u>	<u>(72.978)</u>	<u>(736)</u>
Prejuízo por lote de mil ações em circulação - R\$	(0,616)	(0,002)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### 4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

**COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA**  
CNPJ/MF Nº 19.527.639/0001-58

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 e 2001**

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
<b>Origens de recursos</b>				
Das operações ( vide demonstração abaixo )	-	24.652	37.068	-
De terceiros				
Financiamentos captados a longo prazo	44.153	50.941	337.427	141.746
Contribuição de consumidores	8.523	6.002	25.811	8.962
Juros sobre o capital próprio de controladas	1.204	1.660	-	-
Redução do realizável a longo prazo	60.098	-	-	29.906
Aumento do exigível a longo prazo	12.318	-	123.340	24.899
Aumento de participação de minoritário	-	-	-	98.963
<b>Total das origens</b>	<b>126.296</b>	<b>83.255</b>	<b>523.646</b>	<b>304.476</b>
<b>Aplicações de recursos</b>				
Nas operações ( vide demonstração abaixo )	43.828	-	-	23.544
Nos investimentos	-	35	103	12.953
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	-	26.542
No imobilizado	19.992	22.592	186.930	200.675
No diferido	374	240	1.039	1.538
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	59.513	11.753	268.428	183.244
Juros sobre o capital próprio/dividendos	-	-	808	735
Aumento no realizável a longo prazo	-	97.820	4.508	-
<b>Total das aplicações</b>	<b>123.707</b>	<b>132.440</b>	<b>461.816</b>	<b>449.231</b>
<b>Aumento (redução) do capital circulante líquido</b>	<b>2.589</b>	<b>(49.185)</b>	<b>61.830</b>	<b>(144.755)</b>
<b>Demonstração da variação do capital circulante líquido</b>				
<b>Ativo Circulante</b>				
No início do exercício	96.889	36.811	443.323	265.971
No fim do exercício	121.281	96.889	536.779	443.323
	24.392	60.078	93.456	177.352
<b>Passivo Circulante</b>				
No início do exercício	199.399	90.136	856.455	534.348
No fim do exercício	221.202	199.399	888.081	856.455
	21.803	109.263	31.626	322.107
<b>Aumento (redução) do capital circulante líquido</b>	<b>2.589</b>	<b>(49.185)</b>	<b>61.830</b>	<b>(144.755)</b>
<b>Operações</b>				
Prejuízo do exercício	(76.772)	(252)	(72.978)	(736)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante :				
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	6.698	12.980	53.560	32.067
Resultado de equivalência patrimonial	29.407	256	(66)	-
Depreciação e amortização	13.430	12.934	50.733	43.017
Amortização de ágio	1.548	1.476	17.380	17.506
Valor residual de ativos permanentes baixados	1.788	2.065	8.128	3.547
Perda (ganho) de capital	-	-	2.890	3.399
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.930)	1.944	(25.181)	(6.577)
Recomposição tarifaria extraordinária de longo prazo	(608)	(3.381)	(3.390)	(72.372)
Conta de variação de valores Parcela A - CVA de longo prazo	338	(3.643)	(399)	(13.352)
Provisão (reversão) para contingências	(727)	273	(424)	(10.237)
Participação minoritária	-	-	6.815	(19.806)
	(43.828)	24.652	37.068	(23.544)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## 5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA  
CNPJ/MF N° 19.527.639/0001-58

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Em milhares de reais)

	CAPITAL		RESERVAS DE CAPITAL					RESERVAS DE LUCROS			Total
	REALIZADO ATUALIZADO		Ações em tesouraria	Ágio na subscrição de ações	Subvenção de Investimentos	Remuneração de imobilizações em curso	Outras reservas de capital	Estatutária	Legal	Prejuízos acumulados	
	Capital Social	Correção monetária do capital									
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2001</b>	<b>334.335</b>	<b>9.837</b>	<b>(5.245)</b>	<b>6.057</b>	<b>9.927</b>	<b>6.386</b>	<b>4.175</b>	<b>28.282</b>	<b>8.703</b>	<b>-</b>	<b>402.457</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(252)	(252)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	(252)	-	252	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2001</b>	<b>334.335</b>	<b>9.837</b>	<b>(5.245)</b>	<b>6.057</b>	<b>9.927</b>	<b>6.386</b>	<b>4.175</b>	<b>28.030</b>	<b>8.703</b>	<b>-</b>	<b>402.205</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(76.772)	(76.772)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	(28.030)	(8.703)	36.733	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2002</b>	<b>334.335</b>	<b>9.837</b>	<b>(5.245)</b>	<b>6.057</b>	<b>9.927</b>	<b>6.386</b>	<b>4.175</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(40.039)</b>	<b>325.433</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### **IV. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001**

(Em milhares de reais)

##### **1. Contexto operacional**

A Companhia Força e Luz Cataguazes - Leopoldina - CFLCL é uma concessionária de energia elétrica, que atua em 67 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a aproximadamente 289 mil consumidores (não auditado pelos auditores independentes).

A CFLCL também é controladora de outras sociedades. Os percentuais de participação e as informações sobre esses investimentos estão apresentados nas notas nºs 4, 11 e 12.

A CFLCL apresentava o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2002 nos montantes de R\$99.921 (R\$102.510 em 2001) na controladora, R\$351.302 (R\$413.132 em 2001) no consolidado. Esse desequilíbrio decorre da necessidade da Companhia e de suas controladas se financiarem no mercado financeiro de curto prazo, haja vista o desequilíbrio provocado pela redução das receitas operacionais durante o Programa Emergencial de Racionamento (vide nota 6), bem como da postergação de 50% da liquidação das transações de energia elétrica ocorridas no Mercado Atacadista de Energia – MAE (vide nota nº 5).

A Administração vem mantendo negociações com as instituições financeiras credoras, visando o alongamento de suas dívidas de curto para longo prazo. Com o resultado dessas negociações, previsto para o primeiro semestre de 2003, a Administração, baseada nas projeções de resultados da Companhia e de suas controladas, espera restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do grupo bem como retomar a lucratividade.

##### **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o “Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica”, de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

##### **3. Sumário das principais práticas contábeis**

- a.** As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelo valor atualizado na data do balanço;
- b.** Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;
- c.** A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;
- d.** Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede seu valor de mercado;
- e.** Os investimentos em controladas foram contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base os patrimônios líquidos dessas empresas em 31 de dezembro de 2002 e 2001. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Os ágios pagos nas aquisições dos controles acionários das controladas CENF, CELB, Energipe e Saelpa estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções dos resultados dessas concessionárias, ou seja, CENF em 20 anos, a partir de julho de 1997; CELB em 30 anos, a partir de janeiro de 2000; Energipe em 30 anos, a partir de dezembro de 1997 e Saelpa, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000. Em 31 de dezembro de 2002, os saldos a amortizar são: CENF R\$ 34.863, CELB R\$82.352, Energipe R\$9.977 e Saelpa R\$304.834, todos classificados no diferido para fins de apresentação no consolidado;

- f.** O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens, conforme descrito à nota 13, e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso.

O ágio incorporado na controlada Energipe encontra-se registrado no imobilizado consolidado e está sendo amortizado pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções de resultado da Energipe nos próximos 30 anos, a partir de abril de 1998. Em 31 de dezembro de 2002, o saldo a amortizar deste ágio monta em R\$485.871 (R\$500.543 em 2001);

- g.** Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A controladora e suas controladas optaram por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 1999;
- h.** O diferido está representado pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos.
- i.** Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- j.** O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição diferidos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 foram constituídos em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/97 e Instrução CVM nº 371/02, respectivamente;
- k.** As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- l.** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- m.** Os custos associados aos planos de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM nº 371/00;
- n.** Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- o.** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária brasileira requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no Mercado Atacadista de Energia - MAE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências e Planos de Aposentadoria e Pensões.

#### 4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes participações societárias:

Controladas	Participação societária
	em 2002 e 2001
Energisa S.A. ("Energisa") (*)	50,07
Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo ("CENF")	59,47
Multipar S.A.	99,96
Multiagro Ltda.	66,67
Teleserv S.A.	99,10
Telecabos S.A.	97,59
MCL Cabo S.A.	95,54
Cat-Leo Energia S.A.(**)	99,99

(\*) Controladora da Energipe (99,62% do capital votante e 99,64% do capital total). A Energipe é controladora da CELB (99,13% do capital votante e 88,85% do capital total) e da Pupart SEI S.A (50,10% do capital votante e total) que detém o controle da Saelpa (97,55% do capital votante e 82,83% do capital total).

(\*\*) Controladora em conjunto da Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A - UTEJF (50% do capital votante e total)

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações financeiras das empresas controladas em 31 de dezembro de 2002 e 2001, de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM n.º 247/96.

A reconciliação entre o resultado do exercício e o patrimônio líquido da controladora e consolidado como segue:

	2002		2001	
	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido
Controladora	(76.772)	325.433	(252)	402.205
Lucro não realizado nas transações com controladas(principalmente venda de participações acionárias)	-	(37.116)	-	(40.911)
Realização de lucros	3.794	-	(484)	-
Consolidado	<u>(72.978)</u>	<u>288.317</u>	<u>(736)</u>	<u>361.294</u>

#### 5. Consumidores e concessionárias

##### a) Controladora

Classes de consumo	Saldo Vincendos	Vencidos Até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos De 91 a 180 dias	Vencidos De 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	Total	
							2002	2001
Residencial	4.331	1.988	191	98	5	-	6.613	4.914
Industrial	4.679	563	65	174	19	334	5.834	4.614
Comércio, serviços e outras atividades	1.922	756	125	84	43	39	2.969	2.213
Rural	997	341	60	26	-	-	1.424	1.097
Poder público:								
Federal	8	4	3	1	1	6	23	20
Estadual	87	40	29	16	11	61	244	210
Municipal	318	148	106	58	41	226	897	771
Iluminação pública	151	272	195	113	176	1.173	2.080	1.602
Serviço público	456	110	110	79	41	102	898	689
Subtotal – consumidores	<b>12.949</b>	<b>4.222</b>	<b>884</b>	<b>649</b>	<b>337</b>	<b>1.941</b>	<b>20.982</b>	<b>16.130</b>
Concessionárias (*)	-	-	-	-	-	-	49.031	56.854
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	5.882	4.014
<b>Total</b>	<b>12.949</b>	<b>4.222</b>	<b>884</b>	<b>649</b>	<b>337</b>	<b>1.941</b>	<b>75.895</b>	<b>76.998</b>
<b>Parcela curto prazo</b>							<b>67.554</b>	<b>76.998</b>
<b>Parcela longo prazo</b>							<b>8.341</b>	<b>-</b>



**b) Consolidado**

Classes de consumo	Saldos	Vencidos	Vencidos	Vencidos	Vencidos	Vencidos	Total	
	Vincendos	Até 30 dias	de 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2002	2001
Residencial	17.960	12.875	3.906	2.311	2.959	12.567	52.578	46.513
Industrial	14.894	2.890	1.101	876	5.307	9.981	35.049	32.294
Comércio, serviços e outras atividades	7.666	4.833	2.209	1.286	2.022	7.425	25.441	22.875
Rural	2.295	1.391	715	562	964	7.991	13.918	12.320
Poder público:								
Federal	858	585	855	926	730	3.213	7.167	17.278
Estadual	1.168	813	1.177	1.304	973	5.001	10.436	1.502
Municipal	1.338	811	958	1.006	683	3.782	8.578	3.356
Iluminação pública	3.045	1.957	3.001	2.773	3.775	30.010	44.561	39.850
Serviço público	3.619	1.422	190	149	139	467	5.986	5.831
Outros	-	-	-	-	-	-	-	12.314
Subtotal – consumidores	<b>52.843</b>	<b>27.577</b>	<b>14.112</b>	<b>11.193</b>	<b>17.552</b>	<b>80.437</b>	<b>203.714</b>	<b>194.133</b>
Concessionárias (*)	-	-	-	-	-	-	122.785	133.025
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	32.745	21.475
<b>Total</b>	<b>52.843</b>	<b>27.577</b>	<b>14.112</b>	<b>11.193</b>	<b>17.552</b>	<b>80.437</b>	<b>359.244</b>	<b>348.633</b>
<b>Parcela curto prazo</b>							<b>343.130</b>	<b>348.633</b>
<b>Parcela longo prazo</b>							<b>16.114</b>	<b>-</b>

(\*) Inclui energia vendida no Mercado Atacadista de Energia – MAE

A Companhia constituiu provisão para devedores duvidosos dos saldos vencidos de longa data, dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela ANEEL.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE no montante de R\$45.709 e R\$104.439 controladora e consolidado, respectivamente, relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, deduzido da liquidação parcial ocorrida em 30 de dezembro de 2002. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE em conjunto com estimativas internas da Administração. A liquidação financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$1.223 e de R\$1.811 controladora e consolidado, respectivamente, relativos a encargos de serviço de sistema, estava programada para 22 de novembro de 2002, mas foi postergada em razão de novo acordo realizado entre as empresas do setor e o Governo. De acordo com o estabelecido nesse novo acordo, 50% do saldo líquido a receber/a pagar deveriam ter a liquidação iniciada até o fim do exercício de 2002 e o saldo remanescente liquidado após a conclusão dos trabalhos de auditoria a ser contratada para as contas do MAE.

A Resolução ANEEL nº 763 de 20/12/2002 em conjunto com os Despachos do MAE, estabeleceu a liquidação financeira das operações registradas no MAE, com o seguinte cronograma:

Créditos no MAE	Data de Liquidação
50% dos valores referentes a:	
• set/2000 a set/2002	dez/2002
• out/2002	jan/2003
• nov/2002	fev/2003
• dez/2002	fev/2003
Saldo remanescente	Após conclusão da auditoria a ser realizada nas contabilizações das operações registradas no MAE, com cronograma ainda a ser divulgado pelo MAE

Até 31 de dezembro de 2002 a Companhia e suas controladas receberam R\$13.665 e R\$18.969 controladora e consolidado, respectivamente.

De acordo com as regras desse mercado, o saldo a receber da primeira parcela não liquidado no montante de R\$25.516 e R\$53.475 controladora e consolidado, respectivamente, deverá ser negociado bilateralmente entre as empresas do setor.

Abaixo apresenta-se a posição da controladora CFLCL e de suas controladas CENF, CELB, Energipe e Saelpa junto ao MAE:

<b>Composição dos créditos no MAE</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Setembro/2000 a dezembro/2002:		
• Parcela liberada para liquidação	25.517	53.476
• Parcela vinculada a liminares concedidas	8.341	16.457
• Parcela retida (aguardando finalização de auditoria nas contas do MAE)	25.516	53.475
• Liquidações ocorridas em dezembro de 2002	(13.665)	(18.969)
	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2002	45.709	104.439
	-----	-----
Liquidações ocorridas em janeiro e fevereiro de 2003	(9.165)	(27.765)
	-----	-----

Os valores da energia no curto prazo podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº. 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

## **6. Recomposição tarifária extraordinária**

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 31, da ANEEL de 24 de janeiro de 2002 foi instituída a recomposição tarifária extraordinária que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes a partir de 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda);
- b) 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 01 de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002 a saber:

- a) Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período;
- b) Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A; e
- c) Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução ANEEL nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003. Esses valores começarão a ser repassados aos geradores a partir de março de 2003.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483 de agosto de 2002 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária e energia livre estão demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Recomposição tarifária	Energia livre	Parcela A	Total	Recomposição tarifária	Energia livre	Parcela A	Total
Saldos em 31/12/2001	4.768	8.335	5.013	18.116	106.277	62.461	13.747	182.485
Ajuste Resolução nº 480 e 483	(706)	(404)	-	(1.110)	(12.106)	(4.597)	-	(16.703)
Constituição, conforme Res. nº 481	1.021	697	-	1.718	13.075	7.018	-	20.093
Constituição Parcela A e CVA	-	-	626	626	-	-	1.311	1.311
Amortização	(5.454)	(2.774)	-	(8.228)	(41.248)	(2.773)	-	(44.021)
Atualização monetária	371	-	570	941	17.352	-	1.597	18.949
Saldos em 31/12/2002	-	5.854	6.209	12.063	83.350	62.109	16.655	162.114
Parcela de curto prazo	-	5.854	2.904	8.758	38.045	5.854	2.904	46.803
Parcela de longo prazo	-	-	3.305	3.305	45.305	56.255	13.751	115.311

A Resolução ANEEL nº 484 de 29 de agosto de 2002 estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, pelos seguintes prazos máximos, a partir de janeiro de 2001: CFLCL (31 meses); CENF (69 meses); Energipe (55 meses); CELB (90 meses) e Saelpa (75 meses). A administração das Companhias baseada em projeções internas espera realizar todos os créditos dentro dos prazos definidos por essa Resolução.

O BNDES aprovou linha de crédito para financiamento dos valores de recuperação das perdas decorrentes do Programa de Racionamento. O montante liberado até 31 de dezembro de 2002 é de R\$8.233 na controladora e de R\$104.085 no consolidado.

## 7. Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência de nova classificação, a CFLCL e suas controladas procederam ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado o montante de R\$4.599 na controladora e R\$34.211 no consolidado classificados na rubrica “Títulos de créditos a receber” no ativo circulante. Esta receita será custeada com recursos financeiros oriundos do adicional de dividendos devidos à União pela ELETROBRÁS, associado às receitas adicionais auferidas pelas concessionárias geradoras, sob controle federal e na insuficiência dos referidos dividendos da Eletrobrás, com recursos da RGR – Reserva Global de Reversão. Simultaneamente, a Companhia e suas controladas constituíram uma provisão no passivo circulante na conta “Outras Contas a Pagar” no montante de R\$4.646 na controladora e R\$38.523 no consolidado, objetivando a devolução dos valores faturados dos consumidores que ainda não tinham sido remanejados para sub-classe baixa-renda de acordo com a legislação em vigor.

## 8. Créditos renegociados - consolidado

Credora	Devedora	Crédito Renegociado	Crédito em 2002	Parcelas Mensais a Receber	Índice de Atualização Anual	Crédito em 2001
Saelpa	Cia. de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	79.198	12.415	21	IGD-DI	52.711
Saelpa	Governo do Estado da Paraíba	18.171	<u>40.915</u>	21	IGD-DI	<u>14.472</u>
Total			<u>53.330</u>			<u>67.183</u>
Parcela de curto prazo			32.692			39.176
Parcela de longo prazo			20.638			28.007

Os créditos, renegociados pela controlada Saelpa, referem-se a consumo de energia elétrica até junho de 2000, renegociados em julho de 2000. O crédito junto à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA tem como garantia a própria receita da CAGEPA, sendo interveniente repassador o Banco do Estado da Paraíba – Paraiban.

## 9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.726	2.115	27.540	20.391
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	4.462	1.238	12.082	5.474
Imposto de Renda – IRPJ	4.862	3.703	14.377	17.450
Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	2.482	1.867	6.908	7.152
Outros	635	334	6.162	1.580
	<u>15.167</u>	<u>9.257</u>	<u>67.069</u>	<u>52.047</u>
Parcela de Curto Prazo	13.883	7.586	51.788	35.101
Parcela de Longo Prazo	1.284	1.671	15.281	16.946

## 10. Créditos tributários

Representam créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
<u>Imposto na demonstração do resultado</u>				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(94.648)	3.352	(86.020)	(15.193)
Receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota efetiva	32.180	(1.140)	29.247	5.166
Ajustes:				
Itens permanentes	(11.471)	(2.531)	(827)	(21.639)
Créditos de exercícios anteriores	-	1.727	-	10.789
Créditos fiscais não constituídos em função da CVM 371	(1.629)	-	(8.956)	-
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>19.080</u>	<u>(1.944)</u>	<u>19.464</u>	<u>(5.684)</u>
<u>Crédito tributário reconhecido no balanço</u>				
Prejuízos fiscais	31.943	15.967	140.364	111.736
Base negativa de contribuição social	9.692	5.109	41.264	35.755
Total	<u>41.635</u>	<u>21.076</u>	<u>181.628</u>	<u>147.491</u>
Créditos fiscais não constituídos em função da CVM 371	(1.629)	-	(8.956)	-
Total	<u>40.006</u>	<u>21.076</u>	<u>172.672</u>	<u>147.491</u>

Em 01 de julho de 2002, a CVM publicou a Instrução nº 371/02, que estabelece novos critérios de avaliação e divulgação dos créditos fiscais diferidos.

Em atendimento às disposições contidas nessa Instrução, estima-se as seguintes realizações dos créditos fiscais da controladora e consolidado:

Previsão de realização	Realizações de créditos fiscais	
	Controladora	Consolidado
2003	-	19.967
2004	-	62.140
2005	-	33.794
2006	-	16.600
2007	33.260	33.260
2008	6.746	6.911
Total contabilizados	40.006	172.672

A controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.- UTEJF reconheceu ao longo do exercício o crédito de imposto de renda e contribuição social, totalizando R\$9.436, correspondente a participação da Companhia nessa controlada. Parte substancial da capacidade instalada dessa controlada não foi contratada para o exercício de 2002. Os baixos preços observados no mercado de curto prazo - MAE, afetaram sobremaneira os resultados dessa empresa no exercício. A partir do exercício de 2003 a UTEJF, já tem basicamente contratada a sua produção, o que, em conjunto com a entrada em operação do ciclo combinado dessa Usina em final de 2004, viabilizará a realização dos créditos fiscais constituídos.

A CFLCL e a controlada Energipe apuraram prejuízo fiscal e base negativa no exercício 2002 e somente constituíram créditos tributários sobre os valores apurados até 30 de junho de 2002, conforme previsto pela Deliberação CVM 273. A partir dessa data, por não se enquadrarem nas regras da Instrução 371, deixaram de constituir créditos tributários da ordem de R\$1.629 e R\$8.956, na controladora e consolidado, respectivamente, os quais, segundo projeções internas, estima-se serem realizados a partir de 2009.

## 11. Investimentos

	Controlada		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Participações em empresas controladas/coligada	378.659	404.468	146	-
Ágio na aquisição de investimentos	34.863	36.411	-	-
Investimentos avaliados ao custo	10.410	10.585	10.806	10.859
	<u>423.932</u>	<u>451.464</u>	<u>10.952</u>	<u>10.859</u>

A seguir, informações sobre as participações em empresas controladas:

	Energisa S.A.	CENF	Multipar S.A.	Multiagro Ltda.	Teleserv S.A. (1)	Telecabo S.A.	Mcl Cabo S.A.	Cat-Leo Energia S/A (1)	Cataguazes Serv. Aéreos (2)	2002	2001
Capital social	755.904	15.600	3.553	5.550	1.140	300	168	13.151	120		
Quantidade de ações e quotas possuídas (mil):											
Ordinárias	18.991	57.509	3.531	-	38	9	14	13.150	8		
Preferenciais	-	-	1	-	75	20	2	-	79		
Quotas	-	-	-	3.700	-	-	-	-	-		
Participação (%)	50,07	59,47	99,96	66,67	99,10	97,59	95,54	99,99	72,80		
Lucro (prejuízo) do exercício	(23.349)	6.692	151	(210)	(1.906)	-	-	(16.994)	37		
Patrimônio líquido	704.843	40.121	599	1.220	(1.506)	264	70	(3.221)	200		
Resultado de equivalência patrimonial	(14.581)	3.980	151	(140)	(1.889)	-	-	(16.994)	66	(29.407)	(256)
Investimentos	352.915	23.860	599	814	-	258	67	-	146	378.659	404.468

(1) A Companhia, constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de suas controladas Teleserv S.A e Cat-Leo Energia S.A, nos montantes de R\$1.492 e R\$3.221, respectivamente, registrado em outras contas a pagar no Exigível a Longo Prazo.

(2) Coligada – 20% do capital votante e 72,8% do capital total.

## 12. Transações com partes relacionadas

### Controladora:

Companhias:	2002		2001	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
.Saelpa	-	11.058	23.145	-
.Pbpart Ltda	-	11.725	-	64.485
.Pbpart SE 2 Ltda	-	37.464	-	13.330
.Energipe	-	-	-	9.631
.CENF	-	5.588	-	278
.CELB	-	-	147	372
.Gipar	-	966	-	243
.Itacatu	-	3.300	-	3.069
.Latin America Energy	-	1.445	-	1.445
.Alliant	-	31.178	-	11.338
	-	102.724	23.292	104.191

### Adiantamento para futuro aumento de capital:

. Multipar S/A	44	-	115	-
. Multiagro Ltda	1.358	-	894	-
. Energisa S/A	201	-	4.036	-
. Teleserv S/A	12.438	-	8.293	-
. Telecabo S/A	1.911	-	1.592	-
. MCL Cabo S/A	448	-	416	-
. Cat-Leo Energia S/A	42.398	-	112.127	-
. Pbpart SE 1	-	-	42	-
	58.798	-	127.515	-
Total	58.798	102.724	150.807	104.191

### ATIVO CONSOLIDADO

#### TOTAL

	2002	2001
. Alliant (Contas a receber da Controlada em conjunto com UTEJF)	-	11.059

**PASSIVO CONSOLIDADO**

				TOTAL	
	CFLCL	UTEJF (*)	PBPART SE1 (*)	2002	2001
. Gipar	966	-	-	966	243
. Itacatu	3.300	-	-	3.300	3.069
. Latin America Energy	1.445	-	-	1.445	1.445
. Alliant	31.178	5.529	132.688	169.395	51.768
	<u>36.889</u>	<u>5.529</u>	<u>132.688</u>	<u>175.106</u>	<u>56.525</u>

(\*) Adiantamento para futuro aumento de capital

Os mútuos são originários de transações comerciais e financeiras normais no curso das operações e estão sendo remunerados a juros compatíveis de mercado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital não sofrem a incidência de encargos financeiros.

**Transações efetuadas:**
**Controladora:**

	Saelpa	Energisa S/A	Cia. De Eletricidade de Nova Friburgo	Empresa Energética de Sergipe S/A	Cat-Leo Energia S/A	Usina Term. de Juiz de Fora	CELB	PBPart Ltda	PBPart SE 2	Itacatu	Alliant	Total 2002	Total 2001
Prestação de serviços	707	-	6.032	680	40	67	613	-	-	-	-	8.139	7.518
Energia elétrica comprada	-	-	-	-	(7.509)	(17.101)	-	-	-	-	-	(24.610)	(9.921)
Aluguel de equipamentos	7	-	48	-	8	-	48	-	-	-	-	111	-
Receitas (despesas) financeiras	1.563	16	(148)	3.120	-	-	92	(3.958)	(4.304)	(232)	(4.840)	(8.691)	(13.270)
Venda de software	-	-	-	-	-	93	-	-	-	-	-	93	1.500
Custo e uso de conexão	-	-	-	-	277	677	-	-	-	-	-	954	502

**Consolidado:**

	Total			
	Itacatu	Alliant	2002	2001
Despesas financeiras	232	4.840	5.072	1.233

A CFLCL prestou serviços a suas controladas, referentes às áreas administrativas e de apoio, bem como venda de softwares de seu sistema integrado corporativo de planejamento e gestão de recursos. Essas operações foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado.

As referidas operações estão suportadas por contratos de abertura de crédito e foram submetidos ao conhecimento e à aprovação da ANEEL.

### 13. Imobilizado

	Taxas Anuais médias da depreciação (%)	Controladora		Consolidado	
		2002	2001	2002	2001
<b>Em serviço:</b>					
Produção -					
Geração hidráulica	2,68	63.767	63.476	90.151	87.050
Geração termelétrica	5,0	-	-	56.067	48.782
Sistema de transmissão de conexão	2,63	11.747	11.708	15.729	15.114
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações	4,57	217.410	195.650	844.258	706.142
Comercialização	4,05	21.793	20.463	86.032	104.902
Administração	9,75	24.094	22.275	81.005	61.948
		<b>338.811</b>	<b>313.572</b>	<b>1.173.242</b>	<b>1.023.938</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>					
Produção -					
Geração hidráulica		(8.848)	(7.403)	(11.210)	(9.091)
Geração termelétrica		-	-	(2.894)	(199)
Sistema de transmissão de conexão		(1.273)	(976)	(1.393)	(996)
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações		(81.121)	(72.056)	(306.702)	(262.150)
Comercialização		(6.801)	(6.488)	(28.490)	(35.618)
Administração		(9.566)	(7.496)	(24.975)	(18.135)
		<b>(107.609)</b>	<b>(94.419)</b>	<b>(375.664)</b>	<b>(326.189)</b>
<b>Em curso:</b>					
Produção -					
Geração hidráulica		5.200	3.797	119.085	39.902
Geração termelétrica		-	-	372	3.122
Sistema de transmissão de conexão		192	168	6.331	1.994
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações		9.749	18.426	50.339	87.467
Comercialização		529	515	805	2.962
Administração		1.059	840	6.584	19.306
		<b>16.729</b>	<b>23.746</b>	<b>183.516</b>	<b>154.753</b>
<b>Subtotal</b>		<b>247.931</b>	<b>242.899</b>	<b>981.094</b>	<b>852.502</b>
Ágio de empresa incorporada		-	-	538.012	538.012
Amortização acumulada		-	-	(52.141)	(37.469)
<b>Subtotal</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>485.871</b>	<b>500.543</b>
Contribuições do consumidores		(72.916)	(64.393)	(131.210)	(105.399)
Reserva para reversão		(1.409)	(1.409)	(1.711)	(1.711)
Obrigações vinculadas à concessão		(74.325)	(65.802)	(132.921)	(107.110)
<b>Total</b>		<b>173.606</b>	<b>177.097</b>	<b>1.334.044</b>	<b>1.245.935</b>

Os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada até a definitiva aplicação na concessão.



As contribuições dos consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da CFLCL e da controlada Energipe, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

#### 14. Diferido

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	432.026	434.733
Custo de aquisição de softwares	1.335	960	3.959	2.535
Amortização acumulada	(231)	(57)	(487)	(90)
Total	1.104	903	435.498	437.178

#### 15. Ágios em investidas

Os ágios pagos nas aquisições das controladas CENF, Energipe, Saelpa e Celb, estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de uma curva de lucratividade projetada para essas controladas. Em 31 de dezembro de 2002, a previsão de amortização de tais ágios é como segue:

Período de amortização	Controladora	Consolidado
2003 a 2004	3.347	39.672
2005 a 2006	3.704	46.095
2007 a 2008	3.984	54.340
2009 a 2010	4.405	58.325
2011 a 2012	4.870	62.557
2013 em diante	14.553	656.908
Total	34.863	917.897
Classificado como :		
Investimento	34.863	-
Imobilizado	-	485.871
Diferido	-	432.026

## 16. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Em moeda nacional, com juros de até 6,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Finame, Banese e BNDES) (*)	51.630	57.770	462.114	467.211
Em moeda nacional, com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da Taxa Selic (BNDES)	2.701	-	82.996	-
Em moeda nacional, com juros de até 8% a.a. e variação da Finel, RGR (Eletrobrás)	15.395	11.511	41.495	30.829
Em moeda nacional, com juros de até 10% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-DI (Inergus)	-	-	15.439	13.226
Em moeda nacional, com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação da TR (Funasa)	-	-	5.763	6.506
Em moeda nacional, com juros de 2% a 19,56% a.a. acima do CDI (Bancos: Mercantil, Rural, Unibanco, BNL, Schahin, ABC Brasil, Itaú, HSBC, BBA Creditanstalt, BBM, Brascan, Bic Banco, Bradesco, BVA, Santos, Sofisa e Industrial)	110.316	144.765	263.274	354.154
Em moeda nacional, c/juros de 4,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da UMBND (BNDES)	-	-	57.423	-
Em moeda nacional, c/juros de 0,75% a.m. e atualização monetária com base na variação da taxa TBF (Banese)	-	-	6.413	-
Em moeda nacional, com juros de 4,5% a.a. e atualização monetária com base na variação do CDI (BNDES)	-	-	49.036	-
Total moeda nacional	180.042	214.046	983.953	871.926
Em moeda estrangeira (US\$), com juros de 7,255% a.a. mais variação cambial (Unibanco e Banco Real)	-	-	16.195	11.602
Total	180.042	214.046	1.000.148	883.528
Parcela de curto prazo	123.455	152.862	488.489	491.815
Parcela de longo prazo	56.587	61.184	511.659	391.713

No consolidado, inclui o financiamento obtido pela Ppart Ltda junto ao BNDES no montante de R\$44.363 (R\$54.945 em 2001), para a aquisição do controle acionário da CELB, e o financiamento obtido pela Ppart SE2 Ltda no montante de R\$20.419 (R\$19.690 em 2001), para a aquisição do controle acionário da Saelpa, ambos garantidos pela caução das próprias ações adquiridas.

Os financiamentos obtidos junto as demais instituições financeiras estão garantidos por vinculação de parcelas das receitas da Companhia e de suas controladas, em igual montante ao saldo dos respectivos financiamentos.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2002	
	Controladora	Consolidado
2004	13.900	172.660
2005	13.069	125.065
2006	12.727	43.046
2007	9.483	32.353
2008	640	19.635
2009	639	17.956
Após 2009	6.129	100.944
	56.587	511.659

## 17. Debêntures

Principais características das debêntures:

Série	3ª emissão		4ª emissão	
	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	01/08/1997	01/08/1997	08/12/1997	08/12/1997
Data de vencimento	01/02/2005	01/02/2006	08/12/2007	08/12/2007
Garantia	Flutuante	Flutuante	Real	Real
Rendimentos	TJLP +4% AA.	TJLP +4% AA.	TJLP + 5,5% AA.	TJLP + 2,5% AA.
Quantidade de títulos	3.000	2.500	663.609	1.067.696
Valor na data de emissão	30.000	25.000	33.180	53.385
Títulos em circulação	3.000	2.500	663.609	1.067.696
Títulos em tesouraria	-	-	-	-
Amortizações/parcelas	14 semestrais	14 semestrais	5 anuais, correspondendo, a cada uma, 20% do valor nominal na data de emissão, acrescido da parcela capitalizada da TJLP e juros, vencendo a 1ª ao término do 6º ano após a emissão.	
Modalidade	Não conversíveis em ações, conjugadas com bônus ou subscrição		Conversíveis em ações	
Saldos em 31/12/2002	<b>20.593</b>	<b>22.038</b>	<b>42.284</b>	<b>67.918</b>
. Parcela de curto prazo	7.616	5.555	8.681	13.854
. Parcela de longo prazo	12.977	16.483	33.603	54.064

## 18. Parcelamento de impostos - Consolidado

No exercício de 2000, as controladas CENF e Saelpa aderiram ao programa de recuperação fiscal - REFIS. As controladas Saelpa e Energipe também parcelaram seus débitos fiscais de ICMS junto aos Governos Estaduais. Em 31 de dezembro de 2002, esses débitos totalizam R\$117.573 e estão contabilizados nas rubricas "Tributos e Contribuições Sociais" no Passivo Circulante e "Impostos a Recolher" no Exigível a Longo Prazo, cuja liquidação está assim programada:

Ano	CENF	Saelpa	Energipe	Total
2003	1.056	65.327	926	67.309
2004	1.056	40.910	926	42.892
2005	912	3.495	646	5.053
Após 2005	-	-	2.319	2.319
<b>Total</b>	<b>3.024</b>	<b>109.732</b>	<b>4.817</b>	<b>117.573</b>
Parcela de curto prazo	1.056	65.327	926	67.309
Parcela de longo prazo	1.968	44.405	3.891	50.264

## 19. Capital social - controladora

O capital social, subscrito e integralizado está representado por 48.662.898.398 ações ordinárias, 78.280.837.239 ações preferenciais classe "A" e 253.492.770 ações preferenciais classe "B", sem valor nominal. As ações preferenciais classe "A" não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações. As ações preferenciais classe "B" não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos fixos, não cumulativos, de 6% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações.

O estatuto determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício.

O Conselho de Administração, em reunião de 25 de maio de 2000, autorizou a aquisição, para permanência em tesouraria e, posterior alienação, de até 200.000.000 ações ordinárias, 2.700.000.000 ações preferenciais classe "A" e 25.000.000 ações preferenciais classe "B" de emissão da Companhia. Até 31 de dezembro de 2002, foram adquiridas 16.554.955 ações ordinárias e 2.608.274.448 ações preferenciais classe "A", que se encontram registradas na rubrica "ações em tesouraria", classificadas no patrimônio líquido pelo valor de R\$5.245.

## 20. Fornecimento de energia elétrica

### a. Controladora

	Não auditado					
	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Residencial	218.858	213.498	291.316	291.201	87.065	72.937
Industrial	3.254	3.062	322.933	295.725	49.744	39.389
Comercial	26.263	26.359	128.010	128.621	31.914	25.144
Rural	37.347	34.701	104.293	97.825	17.054	13.486
Poder público:						
Federal	40	40	291	278	266	209
Estadual	375	369	13.257	5.926	1.381	1.092
Municipal	2.336	2.292	5.838	12.473	3.096	2.449
Iluminação pública	211	195	53.466	46.376	7.929	5.632
Serviço público	465	399	30.933	29.389	4.999	3.916
Consumo próprio	146	144	1.988	1.891	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>289.295</b>	<b>281.059</b>	<b>952.325</b>	<b>909.705</b>	<b>203.448</b>	<b>164.254</b>
ICMS faturado	-	-	-	-	(43.500)	(34.221)
Ajuste a Recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	608	13.103
Venda de energia – ajuste MAE	-	-	-	-	(14.495)	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	120.742	124.017	10.539	51.776
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	6.696	218	1.869	960
Outros serviços taxados	-	-	-	-	14.719	11.441
<b>Total</b>	<b>289.295</b>	<b>281.059</b>	<b>1.079.763</b>	<b>1.033.940</b>	<b>173.188</b>	<b>207.313</b>

### b. Consolidado

	Não auditado					
	Número de consumidores (*)		MWh		R\$	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Residencial	1.456.007	1.420.227	1.579.472	1.554.289	376.305	322.172
Industrial	11.983	11.759	2.035.776	1.930.509	237.261	186.386
Comercial	127.319	130.801	799.136	761.384	171.841	139.125
Rural	87.739	73.253	256.345	259.088	33.290	28.159
Poder público:						
Federal	667	566	47.556	43.477	13.793	10.706
Estadual	3.489	5.899	81.475	67.622	15.683	12.082
Municipal	15.292	10.297	66.187	67.764	11.940	9.274
Iluminação pública	1.276	1.331	324.496	263.441	38.638	27.258
Serviço público	1.569	1.447	300.836	288.587	34.976	28.155
Consumo próprio	348	386	7.217	6.067	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.705.689</b>	<b>1.655.966</b>	<b>5.498.496</b>	<b>5.242.228</b>	<b>933.727</b>	<b>763.317</b>
ICMS faturado	-	-	-	-	(183.568)	(140.273)
Ajuste a Recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	-	168.738
Venda de energia – estorno MAE	-	-	-	-	(14.495)	-
Suprimento de energia elétrica	5	7	1.396.923	810.742	97.224	125.549
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	47.770	(107.702)	11.271	(5.854)
Outros serviços taxados	-	-	-	-	20.534	10.840
<b>Total</b>	<b>1.705.694</b>	<b>1.655.973</b>	<b>6.943.189</b>	<b>5.945.268</b>	<b>868.083</b>	<b>922.317</b>

(\*) Somatório de consumidores da CFLCL, Engeipe, CELB, Saepa e CENF.

## 21. Remuneração dos administradores

A rubrica despesas de pessoal inclui o montante de R\$1.941(R\$2.022 em 2001), na controladora, R\$6.734 (R\$5.707 em 2001) no consolidado, referentes a remuneração dos administradores.

## 22. Provisões para Contingências

O saldo da provisão para contingências de R\$2.902 (R\$102.728 no consolidado) leva em consideração a estimativa da administração para as perdas prováveis, juntamente com seus assessores jurídicos, e outras informações na data de preparação das demonstrações financeiras, sendo o procedimento consistente com o adotado no encerramento do exercício de 2001. Para as discussões em andamento, a Companhia possui cauções e depósitos vinculados de R\$441 (R\$26.096 no consolidado).

O saldo, por natureza, é como segue:

Contingências	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Trabalhistas	778	407	33.222	36.332
Cíveis	1.215	1.625	29.757	30.593
Fiscais	909	1.947	39.749	35.958
<b>TOTAL</b>	<b>2.902</b>	<b>3.979</b>	<b>102.728</b>	<b>102.883</b>

Em 2002, na controladora, do montante de R\$1.077 revertido no exercício, R\$727 foi contabilizado como reversão de provisão para contingências e R\$138 refere-se a atualização de provisões fiscais e está contabilizado em outras despesas financeiras e R\$488 foi liquidado.

## 23. Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

## 24. Instrumentos financeiros (Instrução CVM n.º 235/95)

### a - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da CFLCL e suas controladas.

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

### b - Valor de mercados dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes às operações com empresas do grupo constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro. A CFLCL e suas controladas não têm financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos seus projetos de eletrificação. Os demais valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado.

c - Fatores de risco

Crédito

Possibilidade da CFLCL e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a CFLCL e suas controladas monitoram as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Moeda estrangeira

Possibilidade da perda por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A CFLCL e sua controlada Energipe, visando assegurar que oscilações não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuíam em 31 de dezembro de 2001, operações de "swap" cambial no valor nominal total contratado de 48,6 milhões de dólares com encargos de Libor igual 3,94% e 4,06% a.a., acrescido de over libor de 1,25% a.a., respectivamente. Referido "swap" limita o encargo financeiro desses contratos à variação do CDI, acrescido de 2,3% a.a. (CFLCL) e 1,9% a.a. (Energipe). No exercício findo em 31 de dezembro de 2002 foi apurado um resultado negativo nas operações de "swap" cambial no montante de R\$10.844 (R\$12.072 no consolidado), contabilizado no resultado financeiro, não havendo saldos em aberto para essas operações na data do balanço.

Taxa de Juros

Possibilidade de a CFLCL e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A CFLCL e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra este risco. Porém, a CFLCL e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

## 25. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A CFLCL e suas controladas CENF, Energipe, Saelpa e CELB são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CFLCL e CENF) e de benefício definido (Energipe, Saelpa e CELB). Os planos de benefícios definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/ folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2002	2001		2002	2001
CFLCL	Cat-Leo	513	318	2,10	-	-
CENF	Cat-Leo	16	5	2,10	-	-
Energipe	Inergus	1.389	1.330	7,53	(**)(22.874)	(22.915)
Saelpa	Funasa	3.865	2.788	13,80	(**)(28.568)	(28.162)
CELB	(*)	162	128	3,40	562	1.065

(\*) administrado pelo BB Previdência

(\*\*) R\$5.254, foi contabilizado no passivo circulante em Outras contas a pagar e R\$46.188 (R\$40.513 em 2001) no exigível a longo prazo.

O Superávit referente ao plano da CELB não foi registrado.

Segue a composição dos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro:

	Inergus		Funasa		CELB (*)	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Valor presente das obrigações atuariais	(63.781)	(57.691)	(86.279)	(80.166)	(1.539)	(1.213)
Valor justo dos ativos do plano	42.137	34.776	50.845	48.899	2.100	2.278
Valor presente das obrigações em excesso						
ao valor justo dos ativos	21.644	22.915	(35.434)	31.267	561	1.065
(Ganhos) perdas não reconhecidos	(1.230)	-	6.866	3.105	-	-
<b>Superávit (déficit) líquido</b>	<b>(22.874)</b>	<b>(22.915)</b>	<b>(28.568)</b>	<b>(28.162)</b>	<b>561</b>	<b>1.065</b>

(\*) gerido pelo BB Previdência

A movimentação dos ativos financeiros e passivos atuariais dos planos em 2002 era como segue:

Descrição	Inergus	Funasa	CELB
<b>ATIVOS FINANCEIROS DO PLANO</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2001	34.776	48.899	2.278
Contribuições da patrocinadora e participantes	2.108	4.107	233
Pagamentos de benefícios	(4.574)	(6.680)	(9)
Rentabilidade dos ativos			
. Rendimento esperado dos ativos do plano	2.014	2.858	
. Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	7.813	1.661	(402)
	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2002	42.137	50.845	2.100
	=====	=====	=====
<b>PASSIVOS ATUARIAIS</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2001	57.691	80.166	1.213
Contribuições da patrocinadora e participantes	2.108	4.107	233
Custo de manutenção da reserva em 2002	3.982	2.006	93
	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2002	63.781	86.279	1.539
	=====	=====	=====

Despesa prevista para 2003:

2003	Inergus	Funasa	CELB
Rendimento esperado dos ativos	2.469	2.979	132
Juros sobre as obrigações atuariais	3.706	4.995	92
Despesa a ser reconhecida	1.284	2.469	(45)

Premissas atuariais:

	Energipe	Saelpa	Celb
Taxa real anual de juros	6%	6%	6%
Projeção de crescimento real de salário	0,5%	1%	2,28%
Projeção de crescimento real de benefícios	0%	0%	0%
Tábua de mortalidade geral de válidos	UP-84	GAM 1971	UP-84
Tábua de mortalidade geral de inválidos	CSO-58	IAPC	Alvaro Vindas
Tábua de entrada em invalidez	IAPB-57	IAPB-57	IAPB-57

## 26. Concessão do serviço público de energia elétrica

A CFLCL e suas controladas assinaram com a ANEEL contratos de concessão de geração e distribuição de energia elétrica, renováveis pelo mesmo prazo de concessão, com as seguintes características:

Empresa	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
CFLCL	18/06/1999	20 anos	07/07/2015
CENF	18/06/1999	20 anos	07/07/2015
Energipe	23/11/1997	30 anos	23/11/2027
CELB	04/02/2000	30 anos	04/02/2030
Saelpa	15/01/2001	30 anos	15/01/2031

## 27. Programa Emergencial - Racionamento

A CFLCL e suas controladas CENF, Energipe, CELB e Saelpa, possuem registrados os seguintes valores referentes ao Programa de Racionamento de Energia, em processo de revisão pela ANEEL.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>
Custos do racionamento – (Outros – Realizável a longo prazo)	1.682	1.526	6.205	5.077
Sobretaxa (*)– (Outros – Exigível a longo prazo)	(8.184)	(1.777)	(30.733)	(12.583)
Bônus – (Outros – Realizável a longo prazo)	9.010	4.830	36.857	25.201
Total a receber	<u>2.508</u>	<u>4.579</u>	<u>12.329</u>	<u>17.695</u>

(\*) Inclui os aportes recebidos

## 28. Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 155/2003 – SFF/ANEEL, de 24/01/2003, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.



Em atendimento ao Ofício Circular n.º 838/2000 da ANEEL, apresenta-se as demonstrações dos resultados de atividades de geração, distribuição e da atividade atípica - participação societária permanente:

	2002			2001	
	Não auditado			Total	Total
	Geração	Distribuição	Ativ. Atípicas		
Receita operacional					
Fornecimento	11.771	194.162	-	205.933	178.317
Suprimento de energia elétrica	-	(3.956)	-	(3.956)	51.776
Outras	1.663	13.048	-	14.711	11.441
	<u>13.434</u>	<u>203.254</u>	<u>-</u>	<u>216.688</u>	<u>241.534</u>
Deduções à receita operacional					
Quota reserva global de reversão	1.626	1.881	-	3.507	3.571
Impostos e contribuições	575	51.563	-	52.138	43.518
	<u>2.201</u>	<u>53.444</u>	<u>-</u>	<u>55.645</u>	<u>47.089</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>11.233</b>	<b>149.810</b>	<b>-</b>	<b>161.043</b>	<b>194.445</b>
Despesas operacionais					
Pessoal	3.458	20.243	-	23.701	20.857
Material	412	2.760	-	3.172	3.880
Serviço de terceiros	1.707	8.614	-	10.321	9.024
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	251	-	-	251	149
Energia elétrica comprada	-	78.727	-	78.727	77.006
Transporte de potência elétrica	-	5.085	-	5.085	6.281
Subvenções C.C.C.	-	8.334	-	8.334	6.239
Depreciação e amortização	1.969	11.461	-	13.430	12.934
Provisões	-	526	-	526	1.923
Outras	222	6.170	-	6.392	5.413
	<u>8.019</u>	<u>141.920</u>	<u>-</u>	<u>149.939</u>	<u>143.706</u>
Resultado do serviço	3.214	7.890	-	11.104	50.739
Resultado de participações societárias e amortização do ágio	-	-	(30.955)	(30.955)	(1.732)
Resultado financeiro	(1.311)	(60.863)	(13.457)	(75.631)	(46.838)
Resultado operacional	1.903	(52.973)	(44.412)	(95.482)	2.169
Resultado não operacional	(3)	908	(71)	834	1.183
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda e da reversão dos juros sobre o capital próprio	1.900	(52.065)	(44.483)	(94.648)	3.352
Contribuição social e Imposto de renda	(723)	14.806	4.997	19.080	(1.944)
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	1.177	(37.259)	(39.486)	(75.568)	1.408
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	-	(1.204)	(1.204)	(1.660)
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>1.177</b>	<b>(37.259)</b>	<b>(40.690)</b>	<b>(76.772)</b>	<b>(252)</b>

## V. Parecer dos Auditores Independentes

Aos

Acionistas e Administradores da  
Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina  
Cataguazes - MG

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES LEOPOLDINA e controladas, levantado em 31 de dezembro de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos das Companhias; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração das Companhias, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina e controladas em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme detalhado na nota explicativa nº. 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2002, a Companhia e suas controladas têm registrado, no ativo circulante e realizável a longo prazo, valores a receber no montante de R\$45.709 mil, na controladora, e R\$104.439 mil, no consolidado; e, no passivo circulante, valores a pagar no montante de R\$1.223 mil, na controladora, e R\$1.811 mil, no consolidado, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE em conjunto com estimativas preparadas pela Administração. Esses valores podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movido por empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor.

A liquidação financeira desses valores, programada para 22 de novembro de 2002, foi postergada em razão de novo acordo entre as empresas do setor e o governo. Após 31 de dezembro e até a data deste parecer, a Companhia e controladas receberam aproximadamente R\$27.765 mil. O sucesso dessa negociação e liquidação depende da capacidade financeira das empresas do setor em honrar seus compromissos.

5. Em 21 de dezembro de 2001, foi editada a Medida Provisória nº. 14, convertida na Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, disciplinando, entre os assuntos, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das empresas distribuidoras de energia elétrica, garantido nos contratos de concessão, em razão do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. As informações detalhadas e os impactos sobre a situação patrimonial e financeira e no resultado das operações relativos ao Acordo Geral do Setor Elétrico estão divulgados na nota explicativa nº. 6 às demonstrações financeiras.

6. No exercício findo em 31 de dezembro de 2002, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$99.921 mil e R\$351.302 mil, controladora e consolidado, respectivamente. A Companhia apresenta um endividamento por empréstimos e financiamentos no montante de R\$180.042 mil e R\$1.000.148 mil, controladora e consolidado, respectivamente, que tem contribuído para impactar de forma negativa e significativa o seu resultado financeiro e, por consequência o resultado das operações da Companhia e de suas controladas. As projeções da Administração, no entanto, indicam resultados futuros positivos a médio e longo prazo, com a renovação e reescalonamento dos prazos dos empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 1, a Companhia e suas controladas vêm negociando junto às instituições financeiras credoras, o alongamento do perfil das dívidas de financiamentos, objetivando o restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do grupo.
7. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer de auditoria em 27 de março de 2002, sem ressalvas e incluindo parágrafo de ênfase mencionando que os valores a receber relativos ao período de racionamento e os saldos de energia comercializada no âmbito do MAE foram registrados com base em estimativas internas e encontravam-se pendentes de revisão e homologação.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2003

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/S-RJ

Marcelo C. Almeida  
Contador  
CRC – RJ 36.206 – 3